COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 62, DE 2003

Acrescenta o inciso XVI-A ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.”

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS
MENDES THAME

Relator: Deputado RICARDO IZAR

I - RELATÓRIO

O projeto em apreço objetiva impedir, por meio do acréscimo de um novo inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078/90, a prática irregular de algumas empresas inescrupulosas que, ao oferecerem seus produtos aos consumidores, lhes induzem a assinar um contrato de uma “Sociedade em Conta de Participação”, transformando-o, sem seu conhecimento, em uma espécie de sócio oculto que assume obrigações de pagar taxas de administração e contribuições sociais, além de parcelas de seguros mensais.

A proposição foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. No prazo regimental de cinco sessões, nenhum emenda foi apresentada.

Nesta Comissão, na forma do art. 32, inciso IV, alíneas “b” e “c”, do Regimento Interno, compete-nos analisar os aspectos relacionados às relações de consumo e medidas de defesa do consumidor, bem como aqueles relacionados com a composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente parece-nos que estamos diante de mais uma tentativa “criativa” e ardilosa de alguns maus comerciantes em ludibriar o consumidor brasileiro, por meio de uma prática absolutamente irregular e espúria.

Conforme bem descreve o ilustre autor da proposição, Deputado Antônio Carlos Mendes Thame: *“...que essas empresas estão se utilizando, de forma ardilosa, da modalidade societária conhecida como “Sociedade em Conta de Participação”, concebida em nosso ordenamento jurídico desde 1850, no Código Comercial, arts. 325 a 328, para praticar um ilícito, qual seja a captação de poupança popular sem autorização do Banco Central do Brasil e sem se revestir da personalidade jurídica e requisitos necessários a uma instituição financeira, inclusive com capital e características peculiares.”*

Igualmente concordamos com o nobre autor da proposição sob apreço, quando ele diz que: *“Essas empresas incorrem ainda, (...), no crime de estelionato, porque captam o dinheiro do consumidor sob a falsa promessa de entregar determinado bem em prazo prefixado, sem que tal promessa se efetive diante da fuga e do desaparecimento desses falsos empresários.”*

Ora, fica evidente que se trata de um verdadeiro golpe praticado por maus empresários, que atraem seus consumidores por meio de propaganda ostensiva na mídia e envio de mala direta, oferecendo-lhes facilidades enganosas para aquisição de um determinado bem, serviço ou direito, mediante a “simples” assinatura num contrato de linguagem cifrada e extremamente ardilosa.

Na interpretação jurídica da transação, que envolve o consumidor incauto, fica evidente que tal contrato transforma-o num sócio oculto de uma “sociedade em conta de participação”, gerando-lhe obrigações de pagar contribuição social, taxa de administração e parcelas de seguros mensais, sempre com a correção por um determinado índice de preços.

A fraude se confirma quando, passado um determinado prazo de carência, o representante da empresa fraudulenta assegura o consumidor ludibriado que, num curto espaço de tempo, receberá o dinheiro para comprar seu bem, além de ter uma espécie de garantia vinculada ao negócio. Na realidade, muito diferente da falsa promessa, os consumidores se vêem totalmente lesados, não tendo mais seu dinheiro e sequer o bem, direito ou serviço desejado e contratado.

Diante das considerações acima, parece-nos que o PL nº 62, de 2003, vem corrigir esta lacuna de nossa legislação de proteção e defesa do consumidor, por meio da inclusão de um novo inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078/90.

Face ao exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 62, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado **RICARDO IZAR**
Relator